

ENTRE POSSEIROS E GRILEIROS: CONFLITOS AGRÁRIOS À BORDA DO LAGO DE SOBRADINHO (CASA NOVA - BA, 1970-1980)

Maria Helena Feitosa de Carvalho Medeiros[1]

Resumo
A proposta de estudo e pesquisa deste trabalho visa discutir, investigar, analisar e refletir os conflitos agrários na região do Lago de Sobradinho (1970-1980). Numa perspectiva de análise a partir das transformações da história local, tomando como objeto de estudo, o poder de mobilização da Comunidade de Areia Grande, garantindo a luta, resistência e permanência das famílias de posseiros na região, enfatizando também, o relevante apoio da Igreja Católica. Desde a construção da barragem e posteriormente, contra a grilagem de terra pela Empresa Agroindustrial Camaragibe, destinada a produzir combustível à base de mandioca (recurso do Proálcool). Cujas consequências permanecem vivas na memória e no cotidiano da comunidade, seja na lentidão do Estado, em cumprir seu dever, regularizando a posse da área em nome dos posseiros e posseiras. Sejam as ameaças constantes de novos projetos "modernos", como as empresas de energia eólica e de mineração na região. Nesse sentido, utilizaremos um variado conjunto de fontes documentais como boletins, periódicos, fotografias e fontes orais que serão fundamentais para a produção de um diálogo profícuo a historiografia.

Palavras-Chave: Mobilização. Grilagem de Terra. Comunidade. Estado.

Introdução

Abordar um tema, envolvendo demandas de conflitos agrários, grilagem de terra, problematizando, requer práticas metodológicas, bastantes desafiadoras. Nessa concepção, o tema escolhido para a construção dessa narrativa historiográfica, analisa o momento histórico num recorte temporal (1970-1980).

No campo da análise da historiografia, Boris Faustos (2015), apresenta o início da década de 1970, marcado pelo auge do "milagre econômico" brasileiro, do Brasil grande potência. De uma política desenvolvimentista sustentada na propaganda e no discurso dos governos militares, que se materializava com grandes investimentos em obras. Para a professora Regina Beatriz Guimarães Neto, a grande seca do Nordeste, no início dessa década confere no discurso do governo status de "causa" para justificar os investimentos nas grandes obras.

[1] Mestranda em História pela Universidade Católica de Pernambuco.



Nesse sentido, o vale do São Francisco passa a ser área de interesse desse discurso, com a construção de hidroelétrica, projeto de colonização e de alto rendimento, com agricultura irrigada, as agroindústrias. Nesse âmbito, são obras condicionadas, preferencialmente, em atender os segmentos sociais que são chamados de "flagelados". No entanto, com base nesse discurso, promovendo uma política afirmativa para o Nordeste, é que a represa de Sobradinho foi projetada no governo do presidente Médice, no auge do Regime Civil militar. Sua conclusão e inauguração, ocorreu em março de 1978, no governo do presidente Geisel.

Na política desenvolvimentista dos governos militares, Sobradinho, grande empreendimento no setor energético seria a redenção do Nordeste brasileiro. Nesse aspecto, essa região passaria a ter maior visibilidade social e econômica no cenário nacional. Conforme a historiadora, professora Regina Beatriz Guimarães Neto (2010), nesse âmbito de simultaneidade, o governo federal tendo em vista a solução de dois problemas cruciais, "o homem sem terra do Nordeste e o da terra sem homens na Amazônia". (Médice, 1971, p.15-16), estimulara a migração de nordestinos para a Amazônia e região Centro-oeste. Estratégia de discurso, reforçando a tese de que o problema de desigualdade social no Brasil, está relacionado à inadequada distribuição da população pelo espaço geográfico e não mais à histórica concentração fundiária.

Analisando a implantação do Projeto Sobradinho no Vale do São Francisco, semiárido baiano, este foi para Dom José Rodrigues, bispo de Juazeiro/BA, fator de empobrecimento da região. Por causa desse projeto, 72 mil pessoas foram desalojadas envolvendo as populações urbanas e rurais de quatro municípios da Bahia. Ficaram submersas nas águas da barragem, quatro cidades sede, povoados, fazendas, vilas e pequenos sítios rurais. Nesse sentido, o discurso e a política de investimentos do governo na região nordeste é revestida de paradoxos no que tange a uma visibilidade social e econômica.

Segundo Marco Antônio Coelho, para as populações urbanas a situação foi menos onerosa. Logo, novas cidades foram construídas para onde essas populações foram relocadas. Mas em relação a população rural, desses municípios, o tratamento foi caótico. De início, não houve por parte da empresa e executora da obra, a companhia hidroelétrica do São Francisco (CHESF), um estudo planejado sobre o destino dessa população desapropriada, conforme afirma coelho: "Até julho



de 1972, a CHESF não sabia o que propor e o que fazer com os milhares de sertanejos que perderiam tudo – casa, povoados, locais de trabalho, enfim tudo que possuíam, inclusive seu patrimônio cultural" (Coelho, 2005, p.161).

Depois de três anos de início das obras começou o planejamento do reassentamento da população ribeirinha. De acordo com Dom José Rodrigues, em circunstâncias caóticas foram oferecidas a população ribeirinha três alternativas:

1- PEC-SR (Projeto Especial de Colonização da Serra do Ramalho) em Bom Jesus da Lapa, distante 600km de Sobradinho. Construção em sistema de agrovilas, que de acordo com a vontade da CHESF, seria o destino de 60% da população rural desalojada.

2- Solução própria – deixar a região, migrando para outros estados. Dessa maneira muitas famílias foram indenizadas de forma irrisórias e acabaram a maioria na periferia de São Paulo. Nessa alternativa escolhida, a CHESF até pagava a passagem para o lugar que a pessoa quisesse ir.

3- "Operação caatinga" – é o nome do projeto de reassentamento na borda do lago. Ele resultou de fato ao degredo de cerca de um terço de todas as famílias reassentadas numa área árida, seca que mais parecia um deserto. Outras famílias não conseguiram lotes na beira do lago porque empresas, já antes de encher o lago, reservaram enormes áreas para montar agroindústrias. Então, essas famílias foram assentadas no meio da caatinga onde não existia nenhuma água por perto.

Além disso, as famílias que optaram em permanecer nas terras à borda do lago, tiveram que conviver com especuladores, latifundiários e empresários ávidos com a possibilidade de especulação e lucros fabulosos que os projetos de irrigação ofereciam. De certa forma, num ambiente em que prevalecia interesses opostos, propiciou o afloramento de conflitos agrários e grilagens de terras na região do São Francisco, entre grileiros e posseiros. De acordo com Dom José, dois exemplos marcam a sua Diocese: os conflitos que ocorreram em julho de 1987 na localidade de Malvinas, em Sento-sé, excitados pelos especuladores, latifundiários e empresários. Como consequência, o agravamento desses conflitos culminaram com o assassinato do agricultor Antônio Guilhermino de Oliveira, pelo grileiro Niélson Braga de Queiroz e o pistoleiro Antônio Luiz Tupiná, no dia 21 de outubro de 1988.

Em Casa Nova, trata-se da Empresa "Camaragibe" no povoado de Riacho Grande, que se dizendo proprietária de 30.000 hectares de terras que comprou da



família Viana. Essa família que pertence a à oligarquia local, vendeu mais terras do que realmente possuía. A consequência disso, foi um conflito de terra, entre a Empresa Camaragibe e os posseiros que por mais de um século moravam na região. Nesse local a empresa tinha pretensão de produzir álcool à base de mandioca, com incentivos do Proálcool.

Sobradinho: no contexto da ditadura civil-militar

Os anos de chumbo e de ouro

O início da década de 1970, período do grande fenômeno, chamado “milagre econômico” brasileiro, é entendido para os governos militares, seus ministros e técnicos da área econômica, como uma política de extraordinário crescimento e desenvolvimento econômico do país. Beneficiada com o avanço das telecomunicações, a propaganda governamental passou a ter a TV, como um canal de expressão que nunca existira na história do Brasil. A promoção do “Brasil grande potência”, produziu resultados no imaginário da população, afirma Boris Fausto (2015).

Ao lado dos empréstimos, cresceu no Brasil investimentos de grandes somas do capital estrangeiro. Em 1973, os ingressos de capital tinham alcançado o nível anual de 4,3 bilhões de dólares, quase o dobro do nível de 1971 e mais três vezes o de 1973. Também, em 1973 no governo de Médici, ocorreu a primeira crise internacional do petróleo em consequência da guerra do Yom Kippur, dos estados árabes contra Israel. Nessa crise, o Brasil foi profundamente afetado, já que importava mais de 80% do total do seu consumo (FAUSTO, 2015, p.273).

Nos reportando ainda, a década de 1970, podemos afirmar que foi marcada pelos anos de chumbo e de ouro. Nesse sentido, um período paradoxal da História do Brasil, como afirma o historiador Daniel Aarão Reis: “sob as asas sinistras do governo deram-se o milagre econômico brasileiro, as festas, as celebrações esportivas e patrióticas de 1970 e 1972, e o esmagamento das organizações revolucionárias e o silenciamento das oposições moderadas que apenas sobreviveram” (Reis, 2010, p.90-95). E nesse ambiente simultâneo, o capitalismo brasileiro avançava então com botas de sete léguas e a ditadura parecia consolidada.



Num clima de euforia, proveniente dos anos do milagre que ainda persistia, tomou posse em março de 1974 o General Geisel. O novo governo lançou o II Plano de Desenvolvimento (PND). Este, buscava completar o processo de substituição de importações, instalado havia décadas no país, mudando seu conteúdo. A preocupação do II PND com o problema energético era evidente, pois se propunha o avanço na pesquisa de petróleo, o programa nuclear, a substituição parcial da gasolina pelo álcool, a construção de hidrelétricas, cujo exemplo mais expressivo foi a Usina de Itaipu, construída no rio paraná, na fronteira Brasil Paraguai.

No que tange ainda, a política desenvolvimentista dos militares, Regina Beatriz Guimarães Neto, aponta no início da década de 1970 uma grande seca no Nordeste. No discurso do Governo, esta, confere status de “causa”, para justificar os investimentos em grandes obras. Construção de estradas, hidroelétricas, polos de exploração mineral, projetos designados de colonização entre outros. Tais obras, condicionadas em atender preferencialmente, na prática discursiva os segmentos sociais que são chamados “flagelados”. Nesse contexto, a região do Vale do São Francisco passa a ser área de interesse desse discurso governamental, justificando os grandes investimentos que se materializa no projeto de construção da hidroelétrica de Sobradinho.

Nessa perspectiva, configurava-se um Estado forte, sustentado no conceito de Segurança Nacional que se apropriando dessa doutrina resguardava a execução dos projetos dos governos militares, sem objeções ou críticas. Nesse contexto, no auge do regime civil-militar, que a represa de Sobradinho foi projetada, no então governo do presidente Emílio Garrastazu Médici.

Em 1971, foi tomada a decisão de construir a barragem. Dois anos depois iniciaram-se as obras, com a conclusão do represamento do lago em 1978, sua inauguração ocorrera em março, desse mesmo ano pelo presidente Ernesto Geisel.

Se tratando de um clima de cerceamento de liberdades de expressão no país, segundo Marco Coelho, não havia no país a menor possibilidade de um diálogo franco, aberto, sobre as questões fundamentais da vida brasileira, notadamente as políticas públicas e as medidas tomadas pelo Palácio do Planalto. Todas as decisões eram restritas num círculo de pessoas, exclusivamente na cúpula governamental, com a conivência de empresários poderosos. O Congresso Nacional



não era chamado a opinar e a imprensa vivia sob o guante da censura ou se amoldava à autocensura.

Atento à configuração do setor energético brasileiro Eduardo Zen, da coordenação do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), caracteriza como ditatorial o processo de construção de hidrelétricas. Aponta práticas impositivas de empresas construtoras muitas vezes com apoio da polícia militar, polícia federal e, inclusive do exército. Materializando uma ação tática ditatorial, na implantação da hidrelétrica de Sobradinho, podemos afirmar que o governo militar traçou um habilidoso plano, cuja a finalidade era impedir a resistência da opinião pública ao projeto.

Desenvolveu ampla campanha, para criar um clima de apoio a essa iniciativa de gigantescas proporções, apresentada como extremamente positiva para o desenvolvimento do Brasil. No âmbito de Sobradinho, simultaneamente, o governo equipou-se para fazer uso de todos os tipos de pressão em defesa de seu empreendimento, lançando em março de 1974, o Decreto-lei N° 1316. Com base nesse decreto, os quatro municípios atingidos pela futura represa: Casa Nova, Sento Sé, Remanso e Pilão Arcado, foram declarados Área de Segurança Nacional. Em detrimento, os direitos políticos da população desses municípios foram suspensos por dez anos. Seus prefeitos não eram eleitos, passaram a ser indicados e nomeados pelo governador.

Um crescimento sem desenvolvimento

Ao longo da história da humanidade, as barragens foram vistas como fundamentais para a promoção de atividades agrícolas, abastecimento de água, contenção de enchentes. Sendo essa última, como afirma Coelho (2005), a prioridade para a construção da barragem de Sobradinho, que em tese, a regularização de enchentes do São Francisco ganhou apoio da opinião pública.

Com a Revolução Industrial, houve a necessidade e uma demanda maior por gerar energia para suprir vários setores. Diante dessa necessidade, a opção mais viável para impulsionar o desenvolvimento, as hidrelétricas tornaram-se foco de interesses públicos, econômicos e tecnológicos tanto de governos quanto de agências financiadoras e empresas construtoras. De acordo com a Comissão Mundial de Barragens (CMB),



> Entre as décadas de 1930 e 1970 a construção de grandes barragens tornou-se – na opinião de muitos – sinônimo de desenvolvimento e progresso econômico. Vistas como símbolos de modernização e da capacidade de a humanidade controlar e utilizar recursos naturais, houve um aumento dramático da construção de barragens. Essa tendência atingiu o auge nos anos 70, quando em média duas ou três novas grandes barragens eram comissionadas no mundo a cada dia [...] (BENINCÁ, 2011, p. 23).

O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), diverge do discurso que apresenta as barragens como sinônimo de progresso. Nessa visibilidade o MBA combate o capitalismo voltado para especulação, dizendo que ele transforma a energia em mercadoria de primeira grandeza. Porém, primeiro destrói a natureza, engana a população afirmando que as barragens trarão desenvolvimento e, paradoxalmente, chama isso de progresso. No que tange a problemática entre hidrelétricas e progresso moderno – na ótica dos atingidos – essa relação se alinha como o pensamento do sociólogo Walter Benjamin, que segundo ele, o progresso está em curso permanente na história, é inevitável e traz resultados nefastos acerca dos quais ele é simultaneamente cúmplice e testemunha.

Então, nessa lógica visionária do sistema capitalista, apregoada de forma incisiva desde o período da ditadura militar, com suas obras faraônicas, o projeto Sobradinho levantara a bandeira do progresso na região do Vale do São Francisco. Numa lógica, que sentencia o progresso de maneira como eles, governo e empresários capitalistas pensaram e decidiram. Enquanto os descontentes e os prejudicados viram “problemas”, que não merecem mais do que soluções baratas, as responsabilidades sociais dos empreendedores, e do próprio Estado, vão por água a baixo, junto com as regiões inteiras que são afogadas, Oswaldo Sevá (1990).

Numa carta de oito páginas enviada ao Dr. Mário Penna Bhering, presidente das Centrais Elétricas Brasileiras S/A – Eletrobrás, em 14 de junho de 1972, quando se estudava o projeto Sobradinho, o engenheiro Eunápio Pelteir de Queiroz, diretor de construções da CHESF, faz o seguinte relato sobre o futuro reservatório de Sobradinho. Em tom profético ou com o realismo do profundo conhecedor da região dizia Dr. Eunápio:



> De uma maneira geral, a desocupação de uma área dessa implica, apenas nos trabalhos de desapropriação. Em Sobradinho, pela sua extensão, aridez das terras e vultuoso contingente humano, pobre e subdesenvolvido apresenta-se um profundo problema social, que está a exigir uma consideração toda especial, quanto à assistência que deve ser cada às populações atingidas. Dada sua magnitude, ao nosso ver, transcende dos poderes e atribuições dessa companhia CHESF (Caminhar Juntos, n° 14, 09/1977, Jornal da Diocese Juazeiro-BA, Acervo Dom José Rodrigues UNEB-Juazeiro-BA).

Esse relato, ao descrever a área do reservatório, o aspecto social humano, fornece como dados gerais as dificuldades específicas da região e da população. Tendo em vista esses aspectos, de início das obras, a CHESF se mostrava sensível, aos menos verbalmente, aos aspectos humanos e sociais. Nessa carta ao presidente da Eletrobrás, Dr. Eunápio terminara com uma grave advertência:

> Obviamente, é impossível deixarmos de prestar a essas famílias subitamente despertadas de sua vida pacata e tranquila para a imposição dramática do abandono de tudo o que constitui os seus meios e razões de viver; a nossa solidariedade e a assistência eficiente e decisiva do poder público, a fim de que possam reconstruir um novo meio de vida. Não fazê-lo, seria permitir sua emigração desordenada e consequentemente marginalização, expondo-os ao tráfico, à mendicância, à delinquência e a prostituição e isso é evidentemente, inadmissível (Relatório – reassentamento de populações, dados e informações, 2004, p. 19, Acervo da CHESF, Sobradinho-BA).

Além da advertência, na carta, Dr. Eunápio externava claramente, as limitações e a competência da CHESF, na busca de alternativas para relocação da população atingida (urbana e rural). Alternativas que o mesmo reconhecia deficitárias. Para ele a solução viável, seria um programa de colaboração dos órgãos (Federal e Estadual) com a CHESF, sendo formada uma comissão de alto nível com a participação da CHESF. SUDENE E SUVALE, para estudo do problema e implementação de sua solução. Logo, essa comissão deveria ser iniciada tão breve quanto possível e se manter até (1976-1977), promovendo as providências necessárias (Relatório – CHESF, 2004, p.18, reassentamento de populações, Acervo da CHESF).

Mas com o desdobramento do grande projeto Sobradinho, toda essa sensibilidade que a CHESF tentou demonstrar, não passara de um discurso



instituído, para Marilena Chauí (2014), um discurso instituído, no qual os interlocutores já foram previamente reconhecidos.

Nesse sentido, é um discurso que se materializa numa relação desigual, de forma imprescindível que não haja sujeitos, mas apenas homens reduzidos à condição de objetos sociais, segundo Marilena Chauí. Como representante da CHESF, Dr. Eunápio reduz o homem ribeirinho ou barranqueiro à condição de objetos sociais, amparado em seu discurso de dominação cultural diz:

> Seus instrumentos de trabalho são o remo, a enxada e o facão. O "barranqueiro" é um homem totalmente condicionado ao rio que tudo lhe dá. Vive isolado e autossuficiente. Analfabeto, sem usufruir de qualquer benefício de comunicação de massa, seus contatos humanos restritos ao seu próprio nível, como os vizinhos e feiras, sua mentalidade não pôde evoluir, conservando-se primitivo, sem poder aquisitivo, sem aspirações, conformado e dominado pelo pavor do desconhecido. Assim, agarra-se ao rio que lhe assegura a sobrevivência e às crenças, que o confortam. Além de tudo, com justa razão, profundamente sentimental para com o seu rio, por afeição – o Velho Chico. Socialmente é, pois, um ser desvinculado, cultural e economicamente, do resto do país (Relatório de Reassentamento de populações dados e informações, 2004, P.17, Acervo da CHESF Sobradinho-BA).

A própria CHESF, contribuiu de forma dramática, para tornar verdadeira a previsão apocalíptica de Peltier. Negligenciando a vida de 72 mil pessoas, deslocadas em consequência da represa. De acordo com Siegfried Pater, alguns funcionários passaram a falar em "limpar a área". Outros pressionavam com ameaças abertamente os atingidos: "ou você aceita a indenização, ou vai perder tudo debaixo de água". Se vocês não saem daqui, já vamos chamar o exército e viremos com tratores". "se você não tirar essa cerca daqui você vai levar uma surra". "Você não vai receber lote nenhum, seu lugar é no cemitério". Era uma situação de muita efervescência, insegurança e medo, para essas populações.

Segundo Marco Antônio Coelho (2005), em materialidade, as próprias autoridades no âmbito (federal, estadual, local) não tinham planos e estudos sobre o que faria com a população que vivia na região e teria de ser evacuada. Até julho de 1972, a CHESF não sabia o que propor e o que fazer com milhares de sertanejos que perdiam tudo – casas, povoados, modo de alimentar seus familiares, locais de trabalho, enfim tudo o que possuíam inclusive seu patrimônio cultural, laços afetivos



e até seus mortos enterrados nos cemitérios de cada cidade e seus povoados. Além dessas circunstâncias, a população sertaneja também enfrentava a arrogância e prepotência dos governos militares, que se julgavam senhores dos destinos do Brasil, encaravam os ribeirinhos como seres primitivos, analfabetos e incapazes. Essa gente humilde, que se tornara um estorvo na montagem da represa de Sobradinho.

A constituição mítica da América Índia, mulher nua estendida. Imagem erótica, guerreira, na visão do Américo Vespúcio. Para Michel de Certeau, representa o início da escrita ocidental. O corpo do outro, trazendo o nome de seu inventor (Américo), nele coloniza-se o discurso do poder, e a escrita conquistadora vê o novo mundo como uma página em banco, selvagem, para nele escrever o querer ocidental. Em analogia, essa construção mítica também se deu na área dos ribeirinhos do São Francisco. Os representantes do discurso do poder viam as populações sertanejas desprovidas de saberes e conhecimentos para gerenciar suas vidas e seus próprios destinos [...] “Eles não saberiam como aplicar dinheiro proveniente da indenização dos seus bens (o regime de troca ainda existe)”; “não têm noção para onde se deslocar e os magros recursos que receberão entre a aquisição da nova terra e sua subsistência [...]”. Para a CHESF, a área da população sertaneja era um mundo com a página em branco, e que a construção da barragem seria a escrita de um novo mundo. Um mundo moderno, de progresso e desenvolvimento para a região.

Na visibilidade dos trabalhadores rurais, a barragem que veio em nome do progresso, se tornara um ônus muito elevado. Os trabalhadores não tiveram nenhuma participação nesse progresso, ao contrário, encontram-se prejudicados. Ele, porém, está acontecendo às custas de sacrifícios dos trabalhadores rurais. A implantação do Projeto Sobradinho, processo que gerou a desagregação de 2/3 (dois terços) da população rural, criando uma situação de instabilidade, modificando modos de vida é consequência das indenizações que a CHESF operacionalizou na execução e liberação da área do reservatório.

Para retirar o trabalhador rural da área, a CHESF menosprezou o que ele tinha, deixou coisas sem indenizar, indenizou por preços arbitrários, injustos, não levando em consideração o que para ele significava a vida e o sustento de sua família. De acordo com Sigaud (1986), o memento de autoritarismo político, no início



da construção de Sobradinho foi muito propício para inibir reações e mobilizações, por parte da população a ser compulsoriamente deslocada. Num manifesto, celebrando o dia mundial do trabalhador (1° de maio-1979), os trabalhadores rurais da região de sobradinho desabafam

> [...] estamos também convencidos de que se nós, trabalhadores rurais tivéssemos tido condições de falar, modificando alguma coisa, naquilo que dizia respeito aos nossos interesses antes e durante a construção dessa barragem não estaríamos na situação de miséria em que estamos hoje [...] (Caminhar Juntos, 1979, p. 08, Acervo Dom José Rodrigues, UNEB, Juazeiro-BA).

Se tratando do rio São Francisco, segundo Sigaud, trata-se de uma área povoada desde o século XVI por criadores de gado, tendo por finalidade abastecer as regiões produtoras de cana-de-açúcar do litoral com carne, couro e animal de tração. Por ser uma espécie de elo de ligação entre o norte e o Sul, esse rio chegou a ser chamado de “Rio da Unidade Nacional”. Nessa perspectiva, ao longo de suas margens estabeleceram-se modos de vida profundamente vinculados a utilização do rio. O núcleo desse modo de sobrevivência foi uma combinação de pesca, agricultura de vazante, agricultura de terra firme e criatório nas áreas secas, que atravessou sem grandes transformações quatro séculos de colonização. Materializando, essa relação de vínculos demonstra toda situação de dependência que os trabalhadores rurais tinham com o rio. Em manifesto eles dizem:

> Antes, nós tínhamos as melhores terras, nas ilhas, que davam toda a plantação que cultivávamos. Nós tínhamos condições de trabalho em nossas terras e tínhamos boas pastagens e criatório. A produção da lavoura era suficiente para a sobrevivência de nossas famílias e o que ainda sobrava dava para comercializar [...] nós sabíamos, em cada época do ano, o que era necessário para viver. Na época das cheias, nos trabalhávamos nas nossas roças de terra firme. Na época de vazante, nós tínhamos os nossos lameiros que tudo produziam, em curto espaço de tempo: batata, feijão de arranca, melancia, cana, abóbora, melão, cebola, milho etc. Nos casos urgentes de doença ou em outras situações, como no transporte da colheita, tínhamos nossos barcos que nos facilitavam a locomoção de um lugar para outro[...] (Manifesto dos Trabalhadores rurais, Sobradinho, 1° de maio/79, boletin Caminhar Juntos, 1979, Acervo Dom José Rodrigues, UNEB Juazeiro-BA).



A construção de barragem produz conflitos de ordens social, política e cultural na medida em que são confrontados propostas e interesses distintos, saberes técnicos com saberes populares. Para o MAB, dentre os casos mais sérios de impactos gerados por hidrelétricas está o de Tucuruí/PA, construída sem inspeção e avaliação do EIA/RIMA. O represamento do rio causou a expulsão compulsória de milhares de famílias. De acordo com Luiz Dalla Costa,

> Lá houve de tudo: um péssimo tratamento da questão social, erros de cotas-d'água; uso do Agente Laranja (o mesmo que foi utilizado na guerra do Vietnã) para desfolhar a floresta; desvio de dinheiro público pela empresa CAPEMI; proliferação de mosquito etc. Tucuruí era uma cidade pequena com aproximadamente 8 mil habitantes e passou a ter 60mil pessoas. Criou-se um sério problema urbano. A energia de Tucuruí é distribuída de modo subsidiado às grandes exploradoras de minérios na região. (Jornal do MAB, Edição junho 2009, nº 9, p.5, trecho de entrevista concedida em 7 de novembro de 2008).

No entanto, nesse modelo de subserviência aos interesses capitalistas, cria-se ambiente hostil as populações ribeirinhas que vivem na área. Em Tucuruí, os custos sociais da hidrelétrica foram e continuam pesados. Notadamente verificam-se doenças, mortes, abortos e nascimento de crianças deformadas em função da utilização do desfolhante. Produziu impactos severos, inclusive perda de floresta deslocamento de povos indígenas e residentes ribeirinhos na área de submersão, eliminação da pesca a jusante. A barragem se tornou fonte de controvérsias sendo até motivo de uma condenação do governo brasileiro pelo Tribunal Internacional das Águas.

Em Sobradinho, os custos sociais, culturais, políticos e ambientais, também foram e continuam pesados. Cerca de 72mil pessoas desalojadas, expulsas de suas terras para dar formação a represa, e posteriormente para dar lugar a implantação de grandes projetos de irrigação no entorno do lago. Valor das indenizações irrisórias, pois A CHESF utilizou critérios de avaliação injusta, principalmente com posseiros e pequenos proprietários que não eram detentores de títulos de propriedade. Enfraquecimento político da região, estando os municípios atingidos sob jurisdição federal, a chamada "Área de Segurança nacional". Nisso, há de convir a sensação de impotência por parte dos políticos locais, na defesa de seu povo e seu território.



A proliferação de doenças advindas da contaminação da água, quantidade surpreendente de caso de hepatite em Remanso, muitas doenças de pele e outras que não eram comuns em Sento-sé. Para o estudioso Roberto Goodland, ouvido pelo jornal *O Globo/1977*, essas doenças e muitos problemas iriam surgir em tempo de baixa vazão do rio. A contaminação se deve a cemitérios, árvores apodrecidas embaixo d'água, milhares de animais afogados. O desencadeamento de conflitos e grilagens de terras, a região detentora de um enorme potencial hídrico e energético contribuiu para o aumento da valorização das terras no entorno do lago. Aumento da prostituição, com a construção da barragem o contingente de operários era grande na região, vindos de várias partes do Brasil e do Nordeste. Nesse contexto, muitas prostitutas profissionais de outras regiões vieram para Juazeiro, havendo o recrutamento de centenas de garotas nos municípios vizinhos. As mesmas eram iludidas com falsas promessas de emprego, mas, em vez de emprego fixo, elas encontravam condições desumanas em alojamentos que mais pareciam prisões e ainda eram obrigadas a trabalhar para os cafetões. Para Siegfried Pater (1996), dessa maneira uma boa parte do dinheiro que os operários ganhavam na construção da hidrelétrica voltava direto para os bolsos dos ricos. Também houve o inchamento das periferias das cidades de Petrolina e Juazeiro, onde migraram trabalhadores expulsos pela barragem, e sem qualificação profissional passaram a ser boias-frias nos projetos irrigados e agroindústrias da região.

Sobradinho e a irrigação no Vale do São Francisco

A política de aproveitamento do potencial hídrico do São Francisco, começa a ser pensada, como meta de desenvolvimento da irrigação, na Lei 541, de 15 de dezembro de 1948, na qual foi instituída Comissão do Vale do São Francisco (CVSF). Para Mariluce Moura (1979), apesar da Lei 541 de 1948, já ter sinalizado a política de irrigação no vale, com ideias de projetos de agricultura irrigada, não foi suficiente ou não resolvia a questão de um projeto para o Vale.

A partir do final da década de 1960, a região demonstra interesse de atrair empresários do Centro-Sul, para investir no vale. Para isso, o governo tem que garantir uma infraestrutura: estradas, órgãos de assistência técnica à produção, programas especiais de crédito, aeroporto, etc. No final de 1972, a barragem de Sobradinho já em curso, sem nenhum plano de relocação para os que perdiam suas



terras conforme Marco Antonio Coelho(2005), enquanto que o governo, através do Ministério do Interior e o Ministério do Planejamento patrocinando a viajem de empresários norte-americanos às áreas mais ricas do vale, e assim, glebas imensas eram tomadas por interesses capitalistas. Conforme apurou uma Comissão Parlamentar de Inquérito, e o resto poderia ser entregue aos empresários do Centro-Sul.

Mas a decisão de Ocupar o Vale do São Francisco, com grandes empresas agroindustriais tomou corpo em 1973. No fim do chamado “milagre econômico” brasileiro em que, o atrativo dos investimentos passou a ser mais importante na indústria que fabrica máquinas e equipamentos. No campo, o que passou a ser importante para o governo não era distribuição de terras aos agricultores, mas a chamada “modernização” e a chamada “ampliação da fronteira agrícola”. Medidas implantadas para beneficiar a grande empresa: que compra máquinas e equipamentos, que planta produtos, que dão mais lucros para ele do que o feijão, o milho e etc. Medidas que também fomentaram violência no campo, expulsão de posseiros, substituição do meeiro pelo diarista, etc.

Nesse contexto, o projeto Sobradinho foi o principal mentor dos projetos de irrigação e as empresas agroindustriais, no Vale do São Francisco. Pois no projeto de engenharia da obra, constava a tomada de água para possibilitar a irrigação do Projeto Massangano da CODEVASF, nos municípios de Casa Nova/BA e Petrolina/PE. Esse desapropriou 500 famílias em Petrolina e 90 famílias em Casa Nova, no povoado de Papagaio.

Segundo Siegfrield Pater (1992), em poder da CODEVASF, as terras recebem uma infraestrutura que depois são arrendadas ou vendidas para empresas nacionais e multinacionais que nelas produzem melão, uva, abacaxi, manga e outras culturas da mais alta qualidade, como por exemplo o aspargo, destinado à Europa, que aqui pouca gente conhece e mesmo se quisesse não teria condição de pagar para colocar em sua mesa. Nas feiras de Juazeiro e região, são oferecidos os produtos de terceira qualidade, pois os de primeira vão abastecer os mercados do Sul e Sudeste, e para exportação dos mercados da Europa, Estados Unidos, Japão e Canadá através do aeroporto de Petrolina. Assim também, acontece com a pimenta moída que sai de Juazeiro para virar ração de galinha de postura no Japão, a soja plantada na Bahia, vai virar ração para o gado na Alemanha.



Conforme Pater, a área total do projeto, as margens do São Francisco, corresponderia o tamanho da França e Portugal juntos. Os especialistas em agricultura nacionais e principalmente internacionais planejavam transformar a região em uma “Nova Califórnia”. Nome importado dos Estados Unidos, quando em 1970, numa visita a Petrolina- PE, o presidente do Banco Mundial, MCnamara, durante um sobrevoo comentou com seu acompanhante, o então governador de Pernambuco: Isso aqui é uma verdadeira Califórnia Brasileira. Deveria se chamar no futuro de Califórnia Brasileira. Nessa visibilidade fica evidente o grande celeiro agrícola, que a região iria se transformar através de irrigação.

No que tange a atrair investidores, para tornar viável o centro de produção agrícola, na Nova Califórnia Brasileira, folhetos coloridos, nas diversas línguas foram distribuídos nas feiras internacionais nos países desenvolvidos e industrializados do mundo inteiro. Neles eram divulgados as grandes vantagens atrativas para os investimentos. A terra matéria prima principal, com custo de um hectare, pelo preço de 120 dólares, energia elétrica barata, em comparação a outros países; um quilowatt/hora não custava mais de 2 centavos. Mas em contrapartida, o que essa gigantesca “Nova Califórnia significaria para os homens e mulheres que vivem na área desse projeto, os folhetos não revelavam. Sobre isso, fala a assistente social Marina da Rocha Braga, que atende os trabalhadores rurais das plantações de exportação, também da Comissão Pastoral da Terra (CPT/ Juazeiro Bahia): “O que eles ganham não dá para sobreviver. As condições de vida dos trabalhadores são realmente subumanas”.

De acordo com o escritor e ativista alemão, Siegfried Pater, em seu livro: O Bispo dos excluídos: Dom José Rodrigues, alguns exemplos dramáticos mostram a forma como os projetos de irrigação se instalaram e operacionalizam num sistema capitalista predatório.

No projeto “Tourão” em Juazeiro, está a Agroindústria do Vale do São Francisco (Agrovale) - que fabrica álcool e também produz açúcar. Suas instalações são responsáveis pela nuvem de fuligem negra que paira sobre a região de juazeiro até Picos – Piauí, sujando as cidades e intoxicando os moradores, durante quatro meses do ano. Enquanto isso, a empresa não toma nenhuma providência para amenizar essa poluição do ar. Em março de 1984, a AGROVALE provocou o maior desastre ecológico, visto na história do vale do São Francisco. Foi responsável pela



mortandade de mais de 300 toneladas de peixes, tendo como causa resíduos da produção de açúcar (lodo), despejados no rio São Francisco.

Em casa Nova, foi o projeto de um proprietário do Rio de Janeiro. Trata-se da Empresa "Camaragibe", instalada no povoado de Riacho Grande, com a finalidade de produzir álcool à base de mandioca com cultura de irrigação. Para instalar-se a empresa se apossou de 30.000 hectares de terras, compradas da família Viana. Essa família, pertencente à Oligarquia local vendeu mais terras, do que realmente possuía, e em consequência disso, ocorreu conflito de terra envolvendo a Empresa Camaragibe e os posseiros que viviam na terra há mais de um século.

Trechos de uma carta das mulheres trabalhadoras da empresa FRUTINOR de Juazeiro-BA, ao bispo Dom José Rodrigues, denunciando as condições de trabalho:

" Nós, mulheres, estamos sendo forçadas a cumprir uma cota obrigatória de trabalho, que não conseguimos alcançar. Temos de colher uvas de 12 a 15 videiras ao dia, sendo que cada uma das videiras carrega 80 a 100 cachos. Se não conseguirmos, temos nosso pagamento cortado[...] nós nos sentimos constrangidas constantemente pelos insultos rudes e obscenos. Vivemos um clima de terror[...] além disso, impedem que nós usemos o relógio de ponto corretamente. O início da jornada normalmente é às 7:30h, mas nós começamos às 6:30h. Assim, pela manhã eles ajustam para as 7:15 ou 7:20h, para que não precise pagar hora extra. O fim do trabalho seria às 16:30h., mas aí eles atrasam os relógios. Quando já deu 17:30h, eles colocam às 16:30h. Será que estamos de novo nos tempos da escravidão? Dom José, escrevemos para o senhor, porque temos fé e confiança no senhor".

No Boletim da Diocese, "Caminhar Juntos", de setembro de 1990, o bispo Dom José Rodrigues publicara um relatório denunciando as condições de vida e trabalho nas áreas irrigadas, e também envolvendo a FRUTINOR, cujo o maior acionista fora o ACM (Antonio Carlos Magalhães), político de grande destaque na Bahia. Na Vila FRUTINOR, há a construção de 2 barracões de blocos; em cada um moram 12 famílias; para cada família há apenas, dois cômodos: um serve de cozinha e o outro de quarto para dormir, onde se amontoavam pais e filhos. Num ambiente assim, como falar de privacidade sexual, ou moral conjugal? Sanitários e banheiros ficam fora e são de usos comum, sem o mínimo de higiene[...] Na cooperativa Cotia contaram que há patrões que cobram aluguel desses cortiços, bem como energia elétrica. Não recebem "adicional" de remuneração nessa atividade penosa, insalubre



e perigosa, de trabalhar com agrotóxicos, conforme a Lei: Artigo 7, XXIII. Nesse relato sobre a área dos projetos de Irrigação, se tem a percepção do verdadeiro contraste, que nas palavras de Dom José, lugar, " onde a riqueza e miséria, abundância e fome se chocam".

Referências

BENINCÁ, Dirceu. **Energia e cidadania: a luta dos atingidos por barragens**. São Paulo: Cortez, 2011.

COELHO, Marco Antonio Tavares. 1926 – **Os Descaminhos do São Francisco.** São Paulo: Paz e Terra, 2005.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil.** São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2015.

GUIMARÃES NETO, R.B., 2010, **História, política e testemunho: Violência e trabalho na Amazônia Brasileira**, 1970-1980.

MOURA, Mariluce de S. **As Ilhas da Resistência de Sobradinho – textos e fotos.** Goiânia-GO: Edição Secretariado Nacional – Comissão Pastoral da Terra, 1979.

REIS, Daniel Aarão. **Modernização, Ditadura e Democracia**, 1974 – 2010. Rio de Janeiro: Objetiva 1º Edição, 2014.

Fontes

Relatório de Reassentamento de Populações Dados e Informações, Acervo da CHESF, Sobradinho-BA, 2º Edição 2004.

Boletim informativo, **Caminhar Juntos**, número 47, agosto de 1980, Acervo Dom Jose Rodrigues, UNEB Juazeiro-BA.

Boletim informativo, **Caminhar Juntos**, número 47, agosto de 1978, Acervo Dom Jose Rodrigues, UNEB Juazeiro-BA.

Boletim informativo, **Caminhar Juntos**, número 14, agosto de 1977, Acervo Dom Jose Rodrigues, UNEB Juazeiro-BA.